

Marinos de Tiros, que viveu em meados do século II de nossa era, passando em revista toda uma problemática cartográfica referente a reproduções de uma América do Sul Ocidental ligada ao continente asiático, formando o assim chamado "rabo de dragão" e uma América do Sul Oriental, tornada independente, isto é, separada da Ásia.

Demonstra que entre os mapas de Marinos de Tiros (142), de al-Hwārizmī (833) e o de Hammer ou, como também este é conhecido: Henricus Martellus Germanus, existem certas analogias, inclusive certo desenvolvimento. Considera o mapa de Hammer, que hoje se encontra no Department of Manuscripts da British Library, em Londres, o mais detalhado, principalmente no que se refere às bacias hidrográficas da América do Sul. Algumas delas só se tornaram conhecidas e exploradas no século XIX!

Ocupa-se ainda de certas denominações de localização duvidosa, ou mesmo misteriosas, se não quisermos supor o conhecimento da existência da América do Sul pré-colombiana. Passa, enfim, em revista a história da cartografia da Renascença européia, ocupa-se da parte mais interessante da geografia islâmica e cristã, assim como examina os conhecimentos greco-egípcios dos antigos. E formula três questões: quais foram as excelentes fontes de informações de Hammer? De onde extraiu al-Hwārizmī suas indicações geográficas? Quem contou a Marinos de Tiros como se chegava a Catigara (possivelmente na América do Sul)?

Chega a uma hipótese: o problema é o da descoberta transpácifica da América do Sul. Examinando as cartas geográficas, especialmente as de Hammer a Marinos de Tiros, isto é, recuando no tempo, chega a uma conclusão provisória: os viajantes e comerciantes tinham vindo da Eurásia.

Discute ainda as hipóteses da descoberta pelos chineses, egípcios ou fenícios, mostrando que todas elas poderiam ter sido possíveis. Em inúmeros casos, baseia-se em fatos e documentos, mas que ainda não são suficientes, para que estas hipóteses possam entrar na história.

Finaliza seu livro destacando que "seria um erro de método, se se quisesse aplicar as regras da crítica histórica nas hipóteses pré-históricas. Não iria se conseguir nada, a não ser destruir todas estas hipóteses sem vantagens para ninguém. É melhor ter algumas teorias vacilantes do que nenhuma. Sua fragilidade força a procura de novas interpretações, para velhas suposições, pensar nas hipóteses apresentadas, aprofundar suas relações e procurar novos caminhos que se cruzam e que se fortalecem mutuamente". (p. 128-9)

Apresenta uma vasta bibliografia e encerra o livro com reproduções dos mapas, nos quais procura firmar sua hipótese.

É livro deveras interessante que pretende "sacudir" o mundo científico. Há erros de revisão, que em alguns casos são simples distração. Só para citar alguns: o da p. 49 e ilustração nº 18, referindo-se ao mapa cordiforme de Petrus Apianus, dá a data de 1530, quando no próprio mapa consta 1520. Também não chamaria a coletânea organizada por Simon Grynaeus, *Novus Orbis Regionum ac Insularum Veteribus Incognitarum* de Atlas (p. 48), pois só acompanha um mapa: o mundial de Sebastian Muenster. Aliás, na edição de Paris mencionada, o mapa é de Oroncius Finaeus, nome ao qual não se refere no contexto.

Não há dúvida alguma que esta obra despertará a curiosidade e o interesse para a proto-cartografia e esperemos que também a tenhamos brevemente traduzida para o nosso idioma, uma vez que está ligada, de perto, a nossa história pré-colombiana. — ROSEMARIE ERIKA HORCH.

MOURA, Margarida Maria de — *Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural*. 1ª ed., São Paulo, HUCITEC, 1978. 100 p. ilustr.

A reprodução da sociedade camponesa face à penetração do capitalismo no campo é o problema central abordado por Margarida Maria de Moura neste seu trabalho de Antropologia

social. A região escolhida pela autora para a elaboração de sua pesquisa foi o bairro rural de São João da Cristina, que faz parte do município de Maria da Fé, localizado no sul de Minas. Ao contrário da região onde está inserido, que se caracteriza pela produção de legumes e cebola para o mercado, a economia de São João da Cristina está voltada principalmente para subsistência, sendo que apenas uma parte do excedente é comercializada. O principal produto da região é o arroz, cultivado pelos próprios "sitiantes" (nome dado na região aos homens que têm pouca terra) e seus familiares em pequenas propriedades (predominantes na região).

A partir de suas pesquisas na região, entrevistando os habitantes e consultando arquivos, a Autora sugere que a resposta para o problema inicial estaria nas *heranças*, as quais, segundo ela, constituiriam a lógica da reprodução da sociedade camponesa. O conceito de herança por ela utilizado foi retirado de Thanin — herança como passagem da propriedade de geração em geração, relacionada com a morte do dono, ao qual a Autora acrescenta: "passagem da propriedade dentro de uma mesma geração".

Tendo como ponto de partida a estrutura de parentesco, Margarida Maria de Moura analisa vários tópicos tais como o trabalho familiar, relações de trocas de bens, a herança e o direito consuetudinário, tentando demonstrar que a articulação desses vários elementos contribui para a formação de uma lógica específica da herança da terra em São João da Cristina, que tem como sentido garantir a reprodução da área como camponesa, poupando, na medida do possível, a fragmentação através de regras preferenciais de acesso à terra por parte de certos parentes.

Dentro desta perspectiva, o primeiro aspecto por ela estudado é o da *divisão de trabalho familiar*. Como já foi dito anteriormente, a maioria dos "sitiantes" dividem o trabalho no interior da família, sendo que a contratação de camaradas, feita geralmente na época de semeadura e colheita, tem como objetivo apenas somar forças. A divisão do trabalho está ligada à oposição "casa-roçado", onde é dada ênfase ao trabalho da terra (unidade de produção), realizado pelos homens enquanto as lides domésticas (unidade de consumo) são deixadas à mulher.

A diferenciação das esferas de trabalho quanto ao sexo é fundamental para a compreensão das regras de herança, na medida em que o trabalho da terra é seu mecanismo legitimador.

A mulher não é responsável por nada que se ligue à terra, daí não ter direito à posse ou propriedade, direito que assim é assegurado ao homem.

O segundo aspecto analisado é o das *relações de trocas de bens*, elemento importante na lógica específica da herança na região, o qual está intimamente ligado às estruturas de parentesco. Para fazer esta análise, a autora baseia-se em depoimentos dos habitantes, interpretados a partir das posições teóricas de Leach e Levi-Strauss. Assim, segundo a Autora, há dois usos da palavra parente. O primeiro coloca em oposição ao exterior e o segundo, no contexto familiar, onde "Ego" reconhece como parentes os seus ascendentes cognativos e agnáticos até o grau de bisavós e seus descendentes nos mesmos graus, reconhecendo os colaterais até primo-irmão.

Há dois tipos de relações de troca de bens, ambos baseados em regras preferenciais: transações entre "parentes", que são as vendas de "preferência", "união" e "consideração" e as transações entre "não parentes", feitas entre habitantes do mesmo bairro. Porém, o ponto chave para a compreensão da lógica específica da herança está na estreita ligação entre circulação de terras e trocas matrimoniais. O caso mais significativo é o das trocas de bens entre irmão e irmã. "A cessão de uma mulher a um homem gera a possibilidade de transacionar terras de modo mais adequado a duplicar em área contínua os patrimônios masculinos. Através de seu pai (dela) o homem recebe uma mulher em matrimônio. Através do irmão recebe uma quantia que permite comprar uma terra contígua à sua, terra de sua irmã". Essa solidariedade entre irmãos, que adquire expressão nas transações preferenciais de terra, é a condição essencial para que a propriedade se subdivida o menos possível.

Finalmente, o terceiro aspecto diz respeito à *herança da terra*, que segundo a Autora, obedece a dois sistemas de regra: o local, cujo fim é poupar ao máximo a integridade dos patrimônios territoriais e o sistema de prescrições do Código Civil Brasileiro. Sempre que possível, no entanto, o local tende a prevalecer sobre o do Código Civil, e é este o aspecto estudado pela Autora.

O conceito de herança para os camponeses, em oposição ao estabelecido pelo Código, é apenas uma etapa numa totalidade de regras que envolvem a partilha da terra e está voltada para dois objetivos: conceder terras ainda que as poupando. Desta forma, o ponto de partida da herança local não é a morte, mas a emancipação de um filho quando este recebe do pai uma parte da terra da qual deve tirar seu sustento. O mesmo ocorre quando um filho homem vai se casar. As regras locais também prevalecem no caso de morte de um dos pais. Neste caso, a partilha, a herança é interrompida no plano da divisão teórica e o patrimônio continua preservado através de arranjos orais. Assim, com a morte do pai, a regra atua como se só existissem os filhos, a mãe fica somente com a moradia, concedendo a terra aos filhos. A partilha geodésica só se efetua com a morte dos pais, porém neste caso o código local estimula de fato a reunificação da terra através do padrão de venda fraterno-sororal.

A emigração também é colocada pela Autora como um aspecto importante, na medida em que os que partem aumentam a proporção de terra dos que ficam.

A importância deste trabalho está no questionamento de estudos que caracterizam a América Latina como região de heranças bilaterais, ou de herança de partilha predominante. Margarida Maria de Moura chama a atenção para a especificidade da herança e salienta a necessidade de considerar-se as relações entre as regras de dentro e as impostas de fora que são acatadas ou não na região. O entrelaçamento de dois códigos é a evidência de que as heranças camponesas podem forçar uma lógica própria, ao mesmo tempo que os códigos nacionais tentam impor suas próprias regras.

De uma maneira geral, a Autora apresenta um raciocínio lógico e coerente. Porém, sua proposta, que é a de analisar o problema da reprodução da sociedade camponesa face a penetração do capitalismo, não é atingida plenamente, na medida em que ela se fixa na análise do parentesco e não considera outros elementos tais como a especificidade do bairro de São João da Cristina dentro de seu município e as particularidades da penetração capitalista no local. A própria análise da emigração poderia ser mais aprofundada, enquanto o protestantismo, que é apenas citado no apêndice do trabalho como o responsável pela ausência de conflitos na região, poderia ser melhor examinado. Por fim, e dentro desta linha de crítica, a Autora não analisa um ponto importante que é a existência de 23% dos pequenos proprietários da região que não seguem este tipo de regra na partilha de terras. Esta porcentagem é significativa e pode sugerir a existência de outra lógica, que pede pelo menos explicação. — FLÁVIA R. BORGES PEREIRA.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1979 (Estudos Históricos).

Publicação das mais esperadas nos meios historiográficos brasileiros, desde que, em 1973, o Prof. Fernando Novais defendeu na Universidade de São Paulo sua tese de doutoramento, chega ela, finalmente a seu público, compensando, de longe, a prolongada expectativa: a política colonial portuguesa para o Brasil na última etapa do Antigo Regime encontra seu mais profundo equacionador, analista e intérprete.

O abalo que o mercantilismo, assim como as antigas formas de organização política e social, sofre com os movimentos liberais iniciados com a Independência Americana, altera, na segunda metade do séc. XVIII, todo o quadro do mundo colonial português no qual as relações econômicas com o Brasil tem considerável expressão. Fernando Novais se propõe — e magnificamente o logra — a demonstrar que, naquele momento de crise do Antigo Sistema Colonial, minado pelo florescimento da Revolução Industrial, Portugal tenta, dentro de uma configuração iluminista, implantar alterações em sua política para com o Brasil. Estas alterações, no entanto, inoculadas de contradições, hesitações e "dilemas sem alternativa", fracassam em seus propósi-